

# *Superior Tribunal de Justiça*

**AgInt no AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1495725 - SP (2014/0294163-6)**

**RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**AGRAVANTE : JOSÉ RINALDO MANIEZO**  
**ADVOGADOS : OSVALDO FERREIRA DA SILVA E OUTRO(S) -**  
SP026939  
SÍLVIO RUBENS MICHELMAN - SP032603  
JULIANA GOMES QUINTEROS ALBA - SP293273  
**AGRAVADO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PROCURADOR : PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE SÃO**  
PAULO

## **EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ART. 535 DO CPC/1973. VIOLAÇÃO. INEXISTÊNCIA. LEGISLAÇÃO LOCAL. EXAME. IMPOSSIBILIDADE. REEXAME DE PROVA. SÚMULA 7 DO STJ.

1. O Plenário do STJ decidiu que "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo n. 2).

2. Não há violação do art. 535 do CPC/1973 quando o órgão judicial, de forma coerente e adequada, externa fundamentação suficiente à conclusão do acórdão recorrido, ainda que contrário à pretensão do recorrente.

3. A análise da pretensão depende do exame de legislação local. Incidência do óbice da Súmula 280 do STJ.

4. Infirmar o entendimento alcançado pela Corte de origem, a fim de acolher as teses suscitadas pela parte recorrente, demandaria o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que é inviável em sede de recurso especial (Súmula 7 do STJ).

5. Agravo interno desprovido.

## **ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina e Regina Helena Costa votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 18 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Gurgel de Faria  
Relator